

# Diário do Legislativo de 17/03/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/2/2009

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Carlos Gomes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Antônio Carlos Arantes para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos, por unanimidade, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, os Deputados Tenente Lúcio e Eros Biondini, que são empossados em seus cargos. É fixado o dia e o horário de funcionamento das reuniões ordinárias da Comissão para as quintas-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Carlos Gomes - Lafayette de Andrada.

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2009

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (19/2/2009); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (19/2/2009); José Pires Sobrinho e Weber Leite Cruvinel, Prefeitos Municipais de Tapiraí e Medeiros, respectivamente (19/2/2009); da Sra. Dilene Dileu, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, e dos demais Vereadores à mesma Câmara (20/2/2009); do Sr. Carlos Roberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Betim, solicitando providências em relação a ameaças que menciona, contra parlamentar desse Poder; abaixo-assinados do Condomínio Quintas da Serra, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os critérios administrativos adotados na segurança pública do Centro de Ressocialização de Presos no Município de Caeté. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de

proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.171, 2.177, 2.240, 2.613, 2.818 e 3.056/2008, 3.303, 3.304, 3.305, 3.307, 3.311 e 3.319/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - e ao Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências para a implantação de unidade da Apac no Município de Além Paraíba; Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares pela participação na operação Carnaval Seguro, que culminou na apreensão de drogas em Governador Valadares; da Deputada Maria Tereza Lara e dos os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio (2), em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social, ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Defensor Público-Geral pedido de providências para a implantação, no Município de Betim, do Plantão Institucional previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente; e em que solicitam a participação desta Comissão no Seminário de Segurança Pública de Betim, que se realizará no dia 4/3/2009, às 19 horas, no Clube Atlético Rodoviário; da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas a transferir para uma unidade de internação adequada os 22 adolescentes que estão abrigados na 2ª Delegacia de Betim, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2009

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Paulo José da Silva, Francisco de Assis Esmeraldo, Antônio Henrique dos Santos (17/1/2009), Douglas de Oliveira (5/2/2009) e da Sra. Gisele Kimura, Diretora de Educação Ambiental da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca, solicitando audiência pública para discutir a aprovação e implantação do loteamento Vila Castela II no Município de Nova Lima, que vem causando enormes danos ambientais, com destruição de mata atlântica. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.658/2008 (relator: Deputado Fábio Avelar); 2.889/2008 (relator: Deputado Wander Borges), que receberam parecer pela aprovação; e 2.904/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Fábio Avelar). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.106 e 3.190/2008; 3.283, 3.338 e 3.343/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão para debater o Decreto nº 45.016, de 20/1/2009, que trata do monitoramento eletrônico ambiental no transporte de carvão vegetal; Fábio Avelar, Almir Paraca, Irani Barbosa, Sávio Souza Cruz e Gil Pereira em que solicitam seja convidado o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para apresentar à Comissão relato das atividades desenvolvidas pela Secretaria e pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -; Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão para debater a Lei nº 15.910, de 21/12/2005, suas alterações e efeitos; Fahim Sawan em que solicita manifestação de aplauso ao Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba, pela realização do II Fórum de Legislação Ambiental em Uberaba; Gil Pereira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão, na cidade de Montes Claros, para debater as necessidades para a produção de biodiesel no Norte mineiro; e Fábio Avelar em que solicita seja realizada visita técnica ao Parque Tancredo Neves, na cidade de Ponte Nova, no dia 18/3/2009, para verificar os impactos ambientais causados pela construção de presídio estadual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes - Sávio Souza Cruz.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Antônio Genaro, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Inácio Franco e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre arbitrariedades supostamente praticadas por policiais militares contra professores de artes marciais em janeiro de 2009 e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia do Estado, prestando informações relativas à Manifestação nº 13.132; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Osmar Machado Fernandes, Corregedor Nacional do Ministério Público; Carlos Alberto Pavan Alvim; Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho; e do Ten.-Cel. Mário César da Silva, Subchefe da Assessoria Institucional do Comando-Geral da PMMG (19/2/2009); Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.805 e 3.017 (20/2/2009). O Presidente acusa o recebimento da Emenda nº 1 apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.175/2008, no 1º turno, avocando a si a relatoria da referida emenda, e redistribuiu o Projeto de Lei nº 2.493/2008, no 1º turno, ao Deputado Vanderlei Miranda. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Soldado PM Marcelo Bastos Sampaio; os Srs. Francisco Abreu Acorroni, advogado; Paulo Márcio do Nascimento Cândido e Emmanuel Fernandes Alcino, professores de artes marciais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura em que solicitam a realização de debate público pela Comissão e pela Comissão de Participação Popular, em 17/4/2009, sobre "os povos indígenas em Minas Gerais e as políticas públicas"; Durval Ângelo (2) em que solicita sejam realizadas visita e reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre a situação da cadeia pública de Boa Esperança, tendo em vista à existência de denúncias de superlotação, condições insalubres e instalações precárias; seja realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão e da Comissão de Segurança Pública, com os convidados que menciona, no Município de Patrocínio, para se debaterem questões de segurança e violações de direitos humanos, como desvios de conduta de agentes públicos e o direito ao meio ambiente saudável. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Carlos Mosconi - Antônio Genaro - Ruy Muniz.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Neider Moreira, Padre João e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Leandro Coelho de Carvalho, Defensor Público e Assessor da Defensoria Pública-Geral; Matias Bakir Faria, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais e dos Funcionários da Agência Regional do Ipsemg de Lambari (19/12/2008); Geremias Brito, Vice-Prefeito Municipal de Governador Valadares; e Mauro Ferreira (2), Juiz de Direito da Comarca de Pirapora (19/2/2009); Fausto Geraldo Ferreira Filho (9), Juiz de Direito da Comarca de Pirapora; e Almeida Melo, Presidente do TRE-MG (17/1/2009); e da Sra. Maria Karla Batista, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel (24/1/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.177/2008 no 2º turno (Deputado Padre João); 2.827/2008 no 2º turno (Deputado Ivair Nogueira); e 2.578/2008 no 1º turno (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.150 e 3.191/2008, 3.211, 3.216, 3.226, 3.240 a 3.244, 3.247, 3.271, 3.277, 3.280, 3.285, este com o voto contrário do Deputado Padre João, 3.289, 3.290, 3.302, 3.306 e 3.326/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (3) solicitando a realização de audiência pública para discutir a situação dos lixões no Estado; a realização de audiência pública para discutir a situação dos Municípios mineiros que correm o risco de perder verba proveniente da União para a compra de merenda escolar; e a realização de reunião para homenagear a companhia aérea Tap Portugal pela comemoração do primeiro ano de operação dos vôos Belo Horizonte-Lisboa; Sargento Rodrigues (3) solicitando a realização de audiência pública para debater os problemas causados pelas enchentes no Estado, especialmente nos Municípios de Belo Horizonte e Contagem; a realização de audiência pública para debater a situação dos aprovados no último concurso público para provimento de cargos da classe de Agente de Segurança Penitenciário do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Defesa Social; e a realização de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; Padre João solicitando a realização de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 2.578/2008; Doutor Viana solicitando a realização de reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para, em audiência pública, analisar e discutir a situação dos taxistas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, em relação ao transporte de passageiros com destino ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado no Município de Confins. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Lafayette de Andrada.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta e Ruy Muniz (substituindo este ao Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Clementina Ferreira de Oliveira (17/1/2009) e dos Srs. Wilian Vagner Moreira, Diretor Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores da Indústria Energética de Minas Gerais (19/2/2009), e Sebastião Pinheiro Costa, representante da Chapa 2 nas eleições do Sindágua (20/2/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.556, em 2º turno, e 2.931/2008, em turno único (Deputado Walter Tosta); 2.811/2008, em turno único (Deputada Cecília Ferramenta); e redistribui os Projetos de Lei nºs 2.742, 2.907, 2.909, 2.911, 2.915, 2.916 e 2.917/2008, em turno único, ao Deputado Walter Tosta; e 2.441, 2.664 e 2.892/2008, em turno único, à Deputada Cecília Ferramenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.879 e 2.912/2008 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.156, 3.192/2008, 3.250, 3.293, 3.323, 3.349, 3.356 a 3.373/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.648/2007, 2.793, 2.796, 2.816, 2.842, 2.854, 2.855, 2.856 e 2.862/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Eros Biondini em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Participação Popular e de Saúde, com o objetivo de se ouvir o Subsecretário de Políticas Antidrogas, Sr. Cloves Benevides, a respeito do Centro de Referência em Alcool e Drogas - Cread. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio e Juarez Távora, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Max Fernandes dos Santos e da Sra. Laci Siqueira, Gerente Regional de Negócios e Gerente de Filial da Caixa Econômica Federal, respectivamente; Sr. Dimas Wagner Lamounier e Sra. Soiara Suzinei Xavier, Superintendente Regional e Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, da Caixa Econômica Federal, respectivamente (19/12/2008); Sr. Fernando Antônio Brandão, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Sras. Soiara Suzinei Xavier, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano; e Isabella Milagres Oliveira Souza, Gerente, e Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional, da Caixa Econômica Federal; Sras. Maria Ieda Costa Diniz e Valéria Grilanda Rodrigues Paiva, Ordenadoras de Despesas substitutas, da Secretaria de Ensino Superior (17/1/2009); Srs. Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e

Avaliação da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Paulo Roberto Messias Strack, responsável pela Central de Convênios da Embratur; Gustavo do Carmo Malafaia, Chefe Substituto da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incra (3/2/2009); Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário Adjunto de Fazenda; Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG (5/2/2009); Gilson de Souza, Superintendente Regional do Incra-MG; José Helder Sarmento Bastos, Superintendente Regional substituto do Incra-MG; Alfredo Júlio Fernandes Neto, Reitor da Universidade de Uberlândia; Sra. Marilda Terezinha da Silva Ribeiro Fonseca, Coordenadora-Geral do Cefa; Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais; e Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, Coordenadora-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde (19/2/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.621/2007 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 1.689/2007 e 2.592/2008 (Deputado Juarez Távora); 2.324/2008 (Deputado Lafayette de Andrada); 2.343/2008 (Deputado Inácio Franco); 2.577/2008 (Deputado Jayro Lessa), no 2º turno; e 2.752/2008, sobre emenda apresentada em Plenário (Deputado Zé Maia) e 2.848/2008 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno. Registra-se a presença do Deputado Zé Maia. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.621/2007 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.343/2008 (relator: Deputado Jayro Lessa, em virtude de redistribuição); e 2.577/2008 (relator: Deputado Jayro Lessa); e 1.689/2007 e 2.592/2008 (relator: Deputado Juarez Távora); 2.324/2008 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição) na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.848/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa); e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.752/2008 (relator: Deputado Zé Maia), registrando-se o voto contrário do Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 3.151 e 3.152/2008 são retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. O Presidente designa o Deputado Jayro Lessa, relator do Requerimento nº 3.176/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimentos do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre o processo administrativo para locação de veículos usados para fiscalização, especificando a modalidade licitatória empregada, o objeto licitado e as empresas participantes, para o qual foi designado relator o Deputado Lafayette de Andrada; e do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para se debater a situação econômica do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa - Inácio Franco.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Braz, Prefeito Municipal de Muriaé, publicado no "Diário do Legislativo", em 20/2/2009. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.723/2007, no 1º turno, que recebeu as Emendas nºs 1 a 5, em Plenário, e avoca a si a relatoria da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.312, 3.313, 3.325, 3.328, 3.329, 3.330, 3.331, 3.332, 3.376, 3.377, 3.378 e 3.379/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Paulo Guedes em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Janaúba, a fim de propor soluções contra o fechamento do Frigorífico Independência, o qual poderá causar alto índice de desemprego na região, e da Deputada Cecília Ferramenta em que solicita seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, encaminhando documentação do Prefeito de Muriaé, recebida na Comissão, para as providências cabíveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2009.

Paulo Guedes, Presidente - Sebastião Helvécio.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 614/2007, no 2º turno; e 2.906/2007 em turno único (Deputado Getúlio Neiva); 1.177/2007, em turno único (Deputado Vanderlei Jangrossi); e 2.933/2007, em turno único (Deputado Juninho Araújo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 782/2007 (relatora: Deputada Rosângela Reis), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.228, 3.229, 3.279, 3.297, 3.298, 3.308, 3.309, 3.310, 3.324/2009. O Requerimento nº 3.295/2009 é retirado de pauta, a requerimento da Deputada Gláucia Brandão, aprovado pela Comissão. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.783 e 2.799/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão, com a finalidade de se discutir a situação do patrimônio cultural de Minas Gerais, associado ao transporte ferroviário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Juninho Araújo - Paulo Guedes - Vanderlei Jangrossi.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/3/2009

Às 14h15min, comparecem no Auditório do Centro Cultural Marli Sarney, de Janaúba, os Deputados Paulo Guedes e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo

Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a propor soluções para impedir o fechamento do Frigorífico Independência e o conseqüente aumento do índice de desemprego na região. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Benedito Nunes Neto e Nilson Silva Filho, Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Janaúba, respectivamente; Deputado Federal Virgílio Guimarães; Júlio Gonçalves Pereira, Vice-Presidente da Faemg; Huarrisson Antunes Cangussu, Presidente do Sindicato Rural de Janaúba; Geraldo Sarmento, Diretor do Sindicato Rural de Montes Claros e membro da Comissão de Pecuária de Corte da Faemg; João Cordoval de Barros, Prefeito de Matias Cardoso e Presidente do Consórcio União Geral; Hélio Pinheiro da Cruz Júnior e Sildete Rodrigues de Araújo, Prefeito Municipal de Catuti e de Jaíba, respectivamente; Marcos Antônio Ferreira, Juiz de Direito da Comarca de Montes Claros, e João Dias Correa, Gerente-Geral do Banco do Nordeste - Agência Janaúba, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Paulo Guedes tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A seguir recebe requerimento do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja reiterado convite aos dirigentes do Frigorífico Independência e do BNDES para comparecerem a reunião nesta Casa, destinada a propor soluções para a continuidade da operação da unidade do referido Frigorífico. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Paulo Guedes - Ademir Lucas - Sebastião Helvécio - Wander Borges.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público, apresentando o Grupo de Atuação Estratégica Permanente - Gaep -, da Defensoria Pública do Estado, criado para atendimento à população carcerária da regional de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 749/2007 (relator: Deputado Tenente Lúcio), na forma do vencido no 1º turno. O Projeto de Lei nº 900/2007, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Tenente Lúcio, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.406/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 900/2007; Rômulo Veneroso em que solicita seja convidado o Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Prisional, para apresentar a esta Comissão o planejamento da referida Subsecretaria com relação a política prisional no Estado. A seguir, são recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão com a de Direitos Humanos em Patrocínio para debater questões de segurança e violações de direitos humanos; André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão com a de Direitos Humanos e Participação Popular para debater a construção do complexo penitenciário de Ribeirão das Neves. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2009

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues, Weliton Prado e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos membros que a subscrevam. Registra-se a presença dos Deputados Domingos Sávio e Padre João. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. Registra-se a presença da Sra. Naide Souza de Albuquerque Roquette, Diretora da Superintendência Central de Política de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a Secretária Renata Vilhena, e dos Srs. Carlos Augusto dos Passos Martins, representante da Associação do Sindicato dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais - Asthemg; Renato Barros, representante do Sind-Saúde; Ronan Rodrigues da Silva, representante dos Agentes Penitenciários e Sócio-Educativos contratados; Denilson Martins, membro da Executiva da Intersindical; José Maria Marques, Presidente dos Sindicatos dos Agentes Penitenciários, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Sargento Rodrigues e Padre João, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais, e aos Deputados Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Domingos Sávio. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Padre João - Ivair Nogueira - Domingos Sávio.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.876.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 20-I da Lei nº 6.763, de 26/12/75, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.877.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.020/2009, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 31/2007, do Deputado Doutor Rinaldo, das Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis; 38/2008, do Deputado Weliton Prado; Projetos de Lei nºs 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 188/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 748/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.307/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.902/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.381/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.697/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.868/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães; 2.979/2009, do Deputado Gil Pereira; 2.986, 2.987 e 2.989/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.994/2009, do Deputado Wander Borges; 3.005/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.008/2009, do Governador do Estado; 3.010/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.031/2009, do Deputado Leonardo Moreira; e 3.057/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.242/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.642/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.694/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 3.032/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.033/2009, do Deputado Wander Borges; 3.036/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.043/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.045/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.046/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.053/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.058/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.063/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.065/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.066/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.069/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.073/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.075/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.076/2009, do Deputado Padre João; e 3.080/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.838/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.401/2009, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.065/2007, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.428/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.430/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.388/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.402/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 3.429/2009, do Deputado Doutor Viana e 3.433/2009, do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 17/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.413/2009, do Deputado Chico Uejo; e 3.416/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 18/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.424/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 17/3/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental; 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001; 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, 15.464, 15.465, 15.466 e 15.467, de 13/1/2005, e 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Segurança Social; 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz; 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé; 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho; e 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Prisional, que irá apresentar à Comissão os planos dessa Subsecretaria relativos a política prisional do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2009.

João Leite, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2009, às 10 horas, na Câmara Municipal de Boa Esperança, com a finalidade de obter, em audiência pública com convidados, esclarecimentos sobre a situação da cadeia pública de Boa Esperança, tendo em vista denúncias de superlotação, precariedade de instalações e insalubridade, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2009, às 10 horas, na Câmara Municipal de Divinópolis, com a finalidade de debater o déficit de leitos hospitalares nesse Município, com a presença dos convidados mencionados na pauta, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.983/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brás Pires - Apae de Brás Pires, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme determina o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.983/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brás Pires, que tem como finalidade primordial promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania, bem como incentivar a comunidade a melhor conhecer as suas potencialidades e reivindicações.

Para isso, coordena e executa políticas e programas da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, assegurando e defendendo o progresso, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do movimento apaeano.

A entidade proporciona a seus assistidos atendimento nas áreas de educação, saúde, esporte e lazer, além de promover estudos e pesquisas referentes à causa do excepcional, com o intuito de difundir avanços científicos relacionados e aprimorar a formação de pessoal técnico.

Junto aos poderes públicos e entidades privadas, reivindica políticas a favor dos direitos da pessoa com deficiência.

Dessa forma, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.983/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.976/2007

##### Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

#### Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o Projeto de Lei nº 1.976/2007 dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Banco Comunitário de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas.

A matéria foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, após atendimento de diligência pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, tendo recebido parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, apresentada por aquela Comissão.

Cabe agora a esta Comissão analisar o mérito do projeto, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto em epígrafe pretende inserir o Estado no esforço nacional pela preservação do patrimônio genético dos cultivares selecionados e adaptados aos nossos solos e clima ao longo de séculos de cultivo agrícola no País, por meio da instituição de uma política de incentivo à formação de bancos de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, às quais passamos a nos referir apenas como "sementes crioulas". Para tanto, propõe uma definição para sementes crioulas e para banco comunitário de sementes, além de estabelecer objetivos, instrumentos, competências do poder público e possíveis fontes de recursos para a execução da política.

A formação de bancos de sementes crioulas com as características de participação de agricultores familiares e mecanismos de renovação via empréstimo e devolução acrescida de percentual tem sua história ligada à atuação de padres católicos no interior do País a partir da década de 1970. Essa prática constituiu o cerne de inúmeros projetos surgidos no seio de comunidades rurais por ação, a princípio, de pastorais católicas, associações de produtores e organizações não governamentais.

No âmbito do poder público, além do apoio de técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural oficiais, a identificação de cultivares crioulos e a conservação desse patrimônio genético faz parte dos objetivos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Para atender a esse objetivo, a Embrapa mantém o Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia - Cenargen -, com sede na unidade Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília. A estrutura, criada em 1993, envolve mais de 200 pesquisadores em todo o País e se dedica à gestão das atividades indispensáveis ao manejo, à conservação e ao uso de germoplasma. Hoje a empresa mantém 138 bancos de germoplasma, sendo 111 de vegetais e os demais de genética animal e microbiana, além de outros 25 em entidades do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA -, do qual a Epamig faz parte. Os bancos de germoplasma provêm uma base genética ampla e diversificada que suporta os trabalhos de melhoramento na geração de cultivares mais adaptados, resistentes e produtivos.

A utilização direta de sementes crioulas na produção agrícola, porém, foi entendida como irregular até 2003, e a prática impedia o acesso do agricultor ao crédito e ao seguro agrícola oficiais. Essa situação foi alterada a partir da sanção da Lei federal nº 10.711, de 5/8/2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Com base nesse diploma, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - desenvolveu um sistema de registro e certificação de sementes crioulas, abrindo definitivamente o caminho para a inclusão de cultivos com esse tipo de semente nos programas de crédito rural, em especial no Pronaf. O cadastro de entidades e de cultivares crioulos pode ser acessado por qualquer interessado por meio do "site" do MDA, seção Seguro da Agricultura Familiar - Seaf - sob o título de Cadastro de Cultivares Locais, Tradicionais e Crioulas ([www.seaf.mda.gov.br](http://www.seaf.mda.gov.br)). Apesar de ainda baixo número de entidades e cultivares registrados, a iniciativa é concreta e demonstra a importância da questão.

São notórias as experiências existentes de bancos coletivos de sementes crioulas espalhados pelas diversas regiões do Brasil e no mundo. Como forma de ilustrar esse fato, podemos listar algumas dessas iniciativas: - Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA Paraíba - mantém 225 bancos de sementes, envolvendo 8 mil famílias; - Banco Comunitário de Sementes Crioulas e Espécies Florestais Nativas do Cerrado - Distrito Federal e entorno - Instituto Rede Terra -, que atende a 350 agricultores familiares; - Encantos da Natureza de Nova Laranjeiras - Santa

Catarina - desenvolvido pela associação de 16 famílias de agricultores; - Banco de Sementes da Reforma Agrária de Tupanciretã - Rio Grande do Sul - Regional Tupanciretã do Movimento dos Sem Terra - MST -, que atende aos assentados da região; - Rede de Sementes Crioulas, Biodiversidade das Sementes e Mudanças na Agricultura - Réseau Semences Paysannes, Biodiversité des Semences et Plants dans les Fermes -, com sede na França. Congrega diversas entidades relacionadas com a preservação e divulgação da agrobiodiversidade.

Em Minas destacam-se projetos desenvolvidos com participação da Epamig citados em resposta a diligência aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Na correspondência, o Diretor-Geral enumera duas ações da empresa relacionadas com as sementes crioulas: a primeira, no Município de Divino, onde foi cultivado um campo comunitário de multiplicação do cultivar de milho "Pedra Dourada". A semente produzida foi distribuída entre as famílias participantes. A segunda ação, mais elaborada e ampla, resultante do projeto Resgate, avaliação e desenvolvimento de cultivares de café para o sistema orgânico de produção, quando foram resgatados 10 cultivares com participação de agricultores dos Municípios de Araçuaia, Espera Feliz, Tombos e Manhuaçu. Ainda como resultado do mesmo projeto, foram criados quatro bancos de sementes (ou germoplasma) nos três primeiros Municípios citados e em Oratórios. Entre as variedades resgatadas destacam-se o Coffea arabica var Typica (nomes vulgares: Nacional, Comum, Crioulo ou Brasil), primeiro cultivar utilizado no Brasil, introduzido em 1727; o Coffea arabica var. Bourbon Vermelho (café Java), trazido da Ilha Reunião, Oceano Índico, em 1859.

Vale comentar que todas as ações relacionadas com bancos comunitários de sementes têm como foco o atendimento de demandas de nichos de mercado de produtos agroecológicos e de economia solidária, segmentos que oferecem menores custos de produção e melhor remuneração do agricultor na comercialização, o que potencializa a geração de emprego e renda.

A título de informação, o PPAG 2008-2011, após a primeira revisão anual, inclui a utilização de sementes crioulas em duas de suas ações e as práticas agroecológicas em outras duas, a saber: - Ação 1399 - Implantação do Programa de Distribuição de Sementes - do Programa 059 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva (Estruturador) -; - Ação 4227 - Apoio à Implantação de Lavouras -, do Programa 028 - Minas sem Fome (Estruturador) -; Ação 1043 - Qualificação de agricultores familiares para a produção agroecológica/ orgânica, do Programa 028 - Minas sem Fome (Estruturador) -; - Ação 4121 - Incentivo à Adoção do Modo de Produção Orgânico na Cadeia Produtiva do Café -, do Programa 050 - Certifica Minas (Estruturador).

Tais previsões de ações programáticas, todas fruto de propostas populares para a modificação do PPAG aprovadas por esta Casa, indicam o interesse do povo mineiro pela questão da preservação do patrimônio genético da agricultura tradicional e abrem mais uma oportunidade para a atuação do poder público estadual.

A partir desses exemplos, e considerado o esforço da União para incluir essas iniciativas no âmbito das políticas públicas federais para a agricultura, julgamos adequada a instituição da política pública estadual proposta como parte da política de desenvolvimento agrícola do Estado, já estabelecida pela Lei nº 11.405, de 1994. O projeto em questão vem, portanto, formalizar a adesão de Minas ao esforço nacional de resgate desse patrimônio genético e oferece uma base jurídica para a expansão das ações programáticas do governo do Estado que já incluem, as sementes crioulas e a agroecologia; contudo, em vista da necessidade de adequar a linguagem e o conteúdo de diversos dispositivos do projeto de lei em tela, apresentamos o Substitutivo nº 1.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.976/2007, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Política Estadual de Incentivo à Formação de Banco Comunitário de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas será executada como parte da política de desenvolvimento agrícola do Estado instituída pela Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, em harmonia com a política ambiental e a legislação federal pertinente, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à preservação da agrobiodiversidade.

Parágrafo único - Entende-se, para efeito desta lei:

I - como semente de cultivar local, tradicional ou crioula, a variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultor familiar, assentado da reforma agrária, quilombola ou indígena em condições "in situ", com características fenotípicas bem-determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades, e que não se caracterize como substancialmente semelhante aos cultivares comerciais;

II - como Banco Comunitário de Sementes a coleção de germoplasma de cultivares locais, tradicionais ou crioulos, mantida e administrada localmente por agricultores familiares responsáveis pela multiplicação das sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si.

Art. 2º - São objetivos gerais da Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas:

I - estimular o resgate e a conservação de espécie, variedade e cultivar produzido em unidade familiar ou tradicional;

II - estimular a proteção dos recursos genéticos locais, importantes para a sustentabilidade dos agroecossistemas;

III - proteger a biodiversidade agrícola, a manutenção de valores culturais e a preservação de patrimônios naturais;

IV - estimular a organização comunitária, a capacitação para gerenciamento dos bancos de sementes e a proteção dos conhecimentos tradicionais.

Art. 3º - São instrumentos da política de que trata esta lei:

I - o crédito rural;

II - o incentivo fiscal e tributário;

III - a pesquisa agropecuária e tecnológica;

IV - a extensão rural e a assistência técnica.

Art. 4º - Na implementação da Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas, cabe ao poder público:

I - realizar parcerias com entidades que tenham experiência de gestão de Banco Comunitário de Sementes e convivência com os biomas e ecossistemas do Estado para capacitação de agricultores beneficiários desta política;

II - estimular a participação e a organização de comunidades rurais nas ações relativas à esta política;

III - apoiar processos de diagnóstico participativo relacionados com a sensibilização e o resgate da agrobiodiversidade nas propriedades familiares rurais;

IV - acompanhar a execução da política pública;

V - apoiar a elaboração de projetos, a instalação e o funcionamento de bancos de sementes crioulas;

VI - desenvolver um sistema de reposição das sementes e estimular o uso de variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VII - implantar cadastro de Bancos Comunitários de Sementes no Estado;

VIII - realizar, em parceria com os Municípios e entidades civis, eventos destinados à troca de experiências e intercâmbio de germoplasma, como feiras e outros;

IX - identificar demandas de cada Banco Comunitário de Sementes;

X - identificar e selecionar imóveis públicos e privados aptos à instalação de Banco Comunitário de Sementes.

Art. 5º - A política de que trata esta lei será desenvolvida com a participação dos órgãos do sistema estadual de agricultura e entidades da sociedade que lidam com sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo, relator - Carlos Gomes - Antônio Carlos Arantes.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 496/2007

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura da bucha vegetal.

A proposição foi aprovada no 1º turno com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 a 5, desta Comissão.

Cabe agora a esta Comissão deliberar sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que integra este parecer, segundo determina o § 1º do art. 189 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise detalha, como parte da política geral de desenvolvimento agrícola do Estado, a política de incentivo à cultura da bucha vegetal. Para tanto define diretrizes e instrumentos, além de descrever as etapas da cadeia produtiva da cultura em que são necessárias intervenções do poder público.

Deve-se reconhecer a importância do estímulo público a segmentos específicos da produção agrícola, como o da bucha vegetal. O produto tradicional, em décadas passadas usado basicamente na higiene pessoal, na atualidade foi amplamente substituído pelas esponjas artificiais. Porém, descortinam-se novos horizontes para a aplicação das fibras vegetais naturais. Se adequadamente trabalhados pelos setores privado e público, podem gerar arranjos produtivos locais de rentabilidade elevada e boa contribuição para a qualidade de vida de populações rurais. Esse enfoque produtivo integrado à agroindústria, o qual habilita o produtor rural a se desenvolver como empresário, é sempre saudável para a consolidação da atividade agrícola digna, responsável e duradoura.

Nada havendo a acrescentar ao projeto neste turno, reiteramos a recomendação ao Poder Executivo de que oportunamente traduza o texto da futura lei em programas governamentais úteis e produtivos para a sociedade mineira.

## Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 496/2007, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Domingos Sávio - Carlos Gomes.

### PROJETO DE LEI Nº 496/2008

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal como parte da Política de Desenvolvimento Agrícola do Estado.

Parágrafo único – A cultura da bucha vegetal compreende o cultivo agrícola voltado para a produção, extração e valorização da bucha vegetal como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e integrado do Estado.

Art. 2º – O desenvolvimento da cultura da bucha vegetal no Estado obedecerá às normas e diretrizes dos programas governamentais e dos empreendimentos privados voltados para o incentivo dessa cultura e ao que dispõe a Lei nº 11.405, de 28 de novembro de 1994, que trata da Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola.

Parágrafo único – Serão atendidas, prioritariamente, por esta política as pequenas e médias propriedades das regiões voltadas para a cultura da bucha vegetal.

Art. 3º – A Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal terá como diretrizes:

I – a valorização da bucha vegetal como produto agrícola capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

II – o desenvolvimento tecnológico do produto e dos subprodutos da cultura da bucha vegetal;

III – o desenvolvimento de mercado para a bucha vegetal e seus subprodutos;

IV – a organização social dos produtores de bucha vegetal.

Art. 4º – São instrumentos da Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal:

I – crédito anual;

II – assistência técnica;

III – promoção e comercialização do produto.

Art. 5º – Para a efetivação da política de que trata esta lei, compete ao Poder Executivo:

I – estimular a utilização da bucha vegetal na composição de sistemas agroflorestais;

II – incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da cultura da bucha vegetal e da aplicação de seus produtos e subprodutos;

III – buscar parcerias com entidades públicas e privadas para incrementar a produção e a comercialização dos produtos;

IV – estimular a formação de associações ou cooperativas de produtores de bucha vegetal;

V – produzir mudas de bucha vegetal em viveiros públicos estaduais;

VI – instituir sistema de certificação de origem e qualidade para a bucha vegetal.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando Carlos Roberto Rezende Pereira do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Rafael Bueno Penha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rafael Bueno Penha para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Dilson Alves de Paiva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando José Geraldo Magela Macedo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando Renato Alves Pereira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Sebastião Augusto Estevão do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Dilson Alves de Paiva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Gabriel Gonçalves Guerra para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando José Geraldo Magela Macedo para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando José Maurício do Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Vander de Almeida Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Virgínia Lima Pires para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

exonerando Nádia Aparecida Borges do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Geraldo de Jesus Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Carolina Utsch Terra do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Elaine Cristina Silva Gonçalves do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

nomeando Aline Rios Neves para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Ana Carolina Utsch Terra para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Na data de 16/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, considerando a Decisão da Mesa de 16/3/09, tomada com base, entre outros fundamentos, na semelhança de situação com aquelas descritas na recomendação da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público, expedida em 9/2/09, decorrente do Procedimento Investigatório nº 0024.08.000.499-7, e do inquérito policial nº 0024.08.240.194-4 em tramitação na Vara de Inquéritos da Capital, assegurada a reserva de uma vaga dentre as sessenta previstas no edital nº 1/07 para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, até que se conclua as investigações promovidas pelo Ministério Público Estadual, assinou o seguinte ato:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 20/2/09, que nomeou Patricia Aparecida Ferreira Silva para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep. Objeto: cooperação técnica, didática e científica, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, fornecimento de produtos, licenças de uso de "software", transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos, particularmente para "transmissão de vídeo e áudio em Internet e

redes IP", a ser executado pelo Departamento de Ciência da Computação da UFMG (DCC-UFMG). Vigência: 1 ano a partir de 2/1/2009.